

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES em observância aos preceitos legais, em especial aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação do seu Conselho de Administração (CONAD) este Relatório de Administração referente ao 1º semestre do ano de 2023, acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

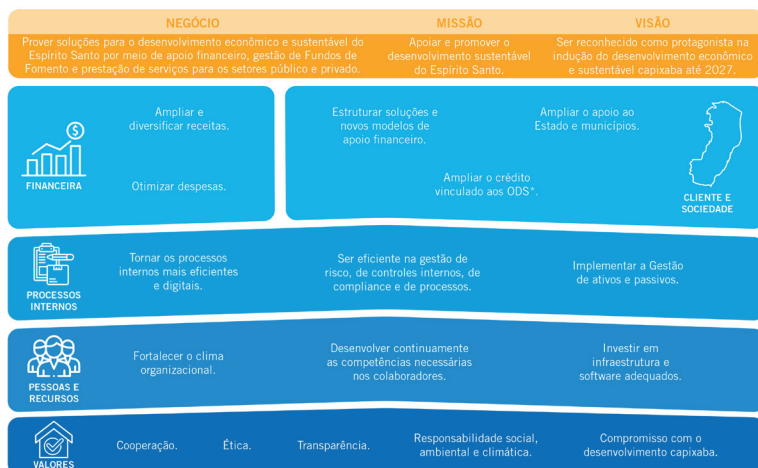
1. A Empresa

O BANDES é uma sociedade de economia mista, estatal não dependente, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SEDES), sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário.

O BANDES tem a missão de apoiar e promover o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo e o seu negócio é prover soluções para o desenvolvimento econômico e sustentável do Estado por meio de apoio financeiro, gestão de Fundos de Fomento e prestação de serviços para os setores público e privado.

No Plano Estratégico 2023-2027 o Banco reforçou sua responsabilidade em ter um negócio focado no desenvolvimento econômico sustentável capixaba. Esse compromisso enseja uma atuação com oferta de crédito para investimento de forma preferencial, com serviços e produtos vinculados à temática social, ambiental e climática, bem como melhorias internas em eficiência operacional, gestão de riscos e controles internos, capacitação de colaboradores e a sustentabilidade financeira da própria instituição.

Mapa Estratégico 2023/2027



2. Finanças

No 1º semestre de 2023, o BANDES registrou lucro de R\$ 39,4 milhões, resultado decorrente, sobretudo, da estruturação das aplicações financeiras, da renda com operações de crédito e de recuperação de créditos baixados como prejuízo. O Patrimônio Líquido do Banco alcançou R\$ 425,9 milhões em junho de 2023, um aumento de 11% em relação a dezembro de 2022.

O BANDES encerrou o 1º semestre de 2023 com a rentabilidade líquida das aplicações financeiras dos seus recursos próprios em 100% do CDI. O rendimento com aplicações financeiras no 1º semestre de 2023 foi superior ao mesmo período do ano anterior, saltando de R\$ 44,8 milhões, para R\$ 59,5 milhões, assim como a renda com operações de crédito que foi de R\$ 26,7 milhões, um aumento de 8,6%. O ganho com prestação de serviços, que inclui a administração dos fundos de fomento, também aumentou com relação ao ano anterior, chegando a R\$ 11,3 milhões, um incremento de 19,4%.

Em junho de 2023, a inadimplência da Carteira de Crédito total do BANDES foi de 4,3%. O BANDES passou a avaliar também o desempenho a partir de dados desagregados por setor econômico. Desse modo, dado o direcionamento estratégico atual, cabe destacar a inadimplência de 2,9% apurada para os setores de serviço, indústria, comércio, municípios e agropecuária, desconsiderando as operações referentes à agricultura familiar.

No semestre, as ações diversificadas de cobrança de créditos vencidos resultaram na recuperação de R\$ 21,9 milhões de dívidas inscritas em prejuízo. No período se destaca a campanha destinada ao atendimento de produtores rurais assentados.

Por meio de leilões administrativos, alienação fiduciária e vendas diretas, no 1º semestre de 2023, o BANDES concretizou a venda de 08 imóveis (entre consolidados e bens não de uso), totalizando R\$ 1,6 milhão.

Por fim, a agência de classificação de risco Fitch Ratings reafirmou a nota AA para o BANDES, após reavaliação em junho de 2023, possibilitando ao Banco captar recursos no mercado com taxas atrativas.

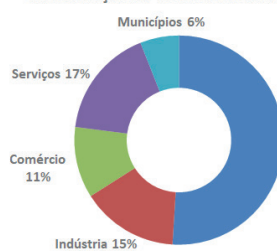
3. Clientes e Sociedade

No 1º semestre de 2023, o total de recursos liberados para investimento e capital de giro alcançou R\$ 586,9 milhões, valor 12,7% superior ao alcançado no 1º semestre de 2022. Esse montante de recursos compreende:

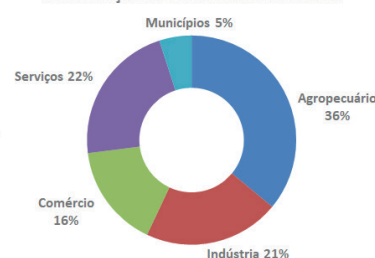
- R\$ 47,2 milhões em operações de crédito com risco do BANDES, 8% do valor total;
- R\$ 22,3 milhões em operações de crédito com risco dos fundos de desenvolvimento administrados pelo BANDES, 4% do valor total;
- R\$ 368,1 milhões provenientes dos financiamentos Fundap, 63% do valor total;
- R\$ 17,3 milhões liberados para empresas investidas pelo Fip Funeses 1,3% do valor total;
- R\$ 131,9 milhões em liberações vinculadas a serviços prestados ao Funsaf, Programa Reflorestar, Funcitec, Fundap Frete e Renova / Saneamento Prefeituras, que representou 22% do valor total.

O saldo de operações de crédito da carteira do BANDES somou R\$ 439,1 milhões ao final do 1º semestre de 2023. Com a redução contínua da participação da atividade agropecuária, que atingiu 36% em junho, as demais atividades econômicas vêm ganhando maior representatividade: o setor de serviços participa com 22%, o da indústria com 21%, o comércio detém 16%, e a administração pública 5%, como mostram os gráficos a seguir.

Concentração da Carteira em 30.06.2022



Concentração da Carteira em 30.06.2023



A desconcentração por setores econômicos reflete a mudança de posicionamento de mercado, o foco de atuação no crédito e fomento para indústria, comércio, serviço e setor público.

A carteira de Fundos de Investimento em Participações (FIPs), em que o BANDES atua indiretamente, tem um capital comprometido de R\$ 280 milhões, sendo R\$ 250 milhões do FIP FUNSES1, com recursos do Fundo Soberano do Estado do ES e R\$ 30 milhões, com a utilização de recursos do Fundes, nos FIPs: Primathec, Seed4Science, Fundo Anjo e Trivella M3 VC4. Além disso, o BANDES tem participação direta no FIP Criatec3 no valor de R\$ 10 milhões. No total, até junho de 2023, foi repassado para os fundos o montante de R\$ 65 milhões.

Por meio do Programa Global de Crédito para a Defesa do Setor Produtivo e Emprego no ES (PROES), fruto do empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o BANDES liberou no 1º semestre de 2023 o valor de R\$ 13,3 milhões em créditos para apoiar a sustentabilidade financeira de curto prazo das micro, pequenas e médias empresas capixabas.

De janeiro a junho de 2023 foram aprovados R\$ 27,3 milhões em financiamentos para fomento à ciência, tecnologia e inovação, com repasse de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), valor superior ao alcançado durante todo o ano de 2022: R\$ 8,5 milhões.

Com recursos do Fundo Renova Giro Microcrédito e MPE, foi liberado durante o 1º semestre de 2023 o total de R\$ 2,0 milhões em financiamentos para as empresas localizadas nos municípios capixabas impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, Mariana/MG. Além disso, foi repassado o montante de R\$ 3,5 milhões de recursos da Fundação Renova Saneamento e Resíduos Sólidos, referente aos projetos acompanhados pelo BANDES: Obras de implantação da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) e Obra de complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário, ambos em Colatina.

No 1º semestre de 2023, em atendimento aos municípios capixabas, foram liberados R\$ 2,8 milhões em crédito para modernização da gestão pública, beneficiando as cidades de Dorcas do Rio Preto, Fundão e Vila Pavão. Com relação a prestação do serviço de estruturação e desenvolvimento de estudos de viabilidade, modelagem licitatória e assessoria integral para Projetos de Concessões Públicas e Parcerias Público-Privadas (PPPs), o Programa "ES Inteligente" encerra o semestre com Acordos de Cooperação Técnica firmados com 23 cidades capixabas. Cabe destacar que dos R\$ 69,5 milhões liberados em operações de crédito de janeiro a junho de 2023, o percentual de 69% foi destinado para as empresas de médio porte e 14% para as micro e pequenas. Do valor total de financiamentos concedidos às MPEs, 41% foi aportado em empreendimentos com controle feminino.

Com o Programa Reflorestar do Governo do Estado, no 1º semestre de 2023 o BANDES atendeu 65 municípios capixabas, firmou 53 novos contratos de paga-

mento por serviços ambientais e liberou o montante de R\$ 2,9 milhões, realizados com recursos do Fundágua, gerando impacto direto na conservação e/ou recuperação de 223 hectares de cobertura florestal.

O BANDES, Secretaria Executiva do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES), no 1º semestre de 2023, além do acompanhamento de investimentos realizados, analisou 65 projetos, sendo enquadrados 40 novos no programa, representando investimentos da ordem de R\$ 1,0 bilhão, o que projeta a geração de 4.367 empregos diretos. Além disso, em 2023 o BANDES atuou na realização da análise, fiscalização e acompanhamento da execução de 8 Projetos de Investimento Produtivo, nos termos do Decreto Nº 5.163, de 28 de junho de 2022, que objetivam o desenvolvimento de iniciativas de relevante interesse social e econômico, pelo contribuinte detentor de créditos de ICMS.

Ademais, no 1º semestre de 2023, o BANDES lançou o edital de chamamento público para promoção de apoio financeiro a projetos estratégicos, mediante subscrição de debêntures não conversíveis em ações pelo Fundo Soberano, por meio do Programa Funes ESG de Desenvolvimento.

4. Processos Internos e Riscos

No contexto da digitalização dos processos internos, visando otimizar o fluxo de concessão de crédito e melhorar a eficiência operacional, o BANDES concluiu no 1º semestre de 2023 o pregão eletrônico para aquisição de ferramenta automatizada de análise de crédito.

A solidez da instituição se mostra reforçada também pela gestão de riscos. O Índice de Basileia (IB) do BANDES cresceu 4,5% no semestre, alcançando 30,9% e o Patrimônio de Referência para comparação com o RWA (PRwa) do BANDES foi de R\$ 347,5 milhões, expansão de 10,2% decorrente do aumento das receitas operacionais. Vale ressaltar que o índice de Basileia do BANDES é 1,93 vezes maior do que o Índice de Basileia Prudencial de 16%, permitindo um incremento da carteira de crédito em mais de R\$ 619 milhões.

Em relação ao crédito, o Banco tem buscado mitigar riscos pela desconcentração da carteira por atividade econômica. A participação das quatro atividades mais representativas - café, pimenta do reino, administração pública e criação de bovinos para leite - que em dezembro de 2022 era de 39%, fechou o 1º semestre de 2023 com 33% do saldo da carteira de crédito, abrindo espaço para outras atividades, como extração de petróleo e gás natural, atividades hospitalares e transporte rodoviário de carga. A representatividade de Pessoas Jurídicas na carteira continua aumentando, atingindo 63% do total neste semestre, ante 57% em dezembro de 2022.

5. Pessoas e Recursos

O Banco encerrou o 1º semestre de 2023 com 161 colaboradores (inclusive diretores e cargos em comissão). No período foram promovidas 53 capacitações, no total de 1.982 horas, abrangendo temas técnicos, governamentais, legais e de liderança. Foram treinados 88 colaboradores.

O programa de qualidade de vida no trabalho "BANDES Viva Bem" promoveu

eventos de valorização do público interno feminino, palestra com foco em saúde mental, vacinação antigripal e ginástica laboral virtual.

Durante o primeiro semestre de 2023 foram investidos R\$ 2,0 milhões em Tecnologia da Informação (TI), que inclui ações para manutenção da infraestrutura tecnológica do Banco, aquisição e implantação de novo software de backup, aquisição de novo equipamento de storage e de licenças de Power BI.

6. Indicadores de Desempenho

INDICADORES ESTRATÉGICOS		Meta	Realizado	
1. Liberação de recursos na temática social, ambiental e climática (mil)		R\$ 100.000	R\$ 33.730	
2. Liberação de crédito (mil)		R\$ 309.000	R\$ 69.547	
3. Execução do Programa ES Inteligente (nº de editais publicados)		5	0	
4. Recuperação de créditos baixados em prejuízo (mil)		R\$ 36.000	R\$ 21.992	
5. Rentabilidade das aplicações financeiras (% do CDI)		98%	100%	
6. Índice de cobertura das despesas de pessoal e administrativas (%)		115%	160%	
7. Índice de inadimplência da Carteira de Crédito (%) (Atraso a partir de 90 dias/ Saldo da Carteira)		Até 3%	4,3%	
8. Capacitação de empregados (% de empregados treinados)		100%	26%	
9. Execução dos Investimentos em TI (% do orçamento)		100%	15%	
OUTROS INDICADORES		2022/1	2023/1	Variação
1. Lucro Líquido (mil)	R\$ 47.579	R\$ 39.428		(17,1%)
2. Patrimônio Líquido (mil)	R\$ 361.097	R\$ 425.963		18%
3. (Despesa)/Reversão líquida de PCLD (mil)	(R\$ 2.774)	R\$ 2.371		(185,47%)
4. Saldo de Operações de Crédito (mil)	R\$ 503.004	R\$ 439.106		(12,7%)

7. Notas

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável - uma construção coletiva - aconteça. Por fim, e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Vitória - ES, 17 de agosto de 2023.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	06.2023	12.2022	PASSIVO	Nota	06.2023	12.2022
DISPONIBILIDADES	4	865	1.436	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS		886.368	895.447
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.420.844	1.388.056	Instituições Financeiras	14.1	325.617	350.435
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	400.012	405.482	Outros Clientes	14.2	192.369	194.769
Títulos e Valores Mobiliários	6	566.048	501.268	Outros Instrumentos Financeiros Passivos	14.3	368.382	350.243
Operações de Crédito	7	439.106	468.695	PROVISÕES		32.571	21.377
Outros Instrumentos Financeiros	8	15.678	12.611	Contingências	15	32.571	21.377
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CREDITO	7	(77.883)	(93.376)	OUTROS PASSIVOS		32.434	30.584
OUTROS CRÉDITOS	9	19.683	22.579	Outros Passivos	16	32.434	30.584
INVESTIMENTOS	10	45	45	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	425.963	383.859
IMOBILIZADO DE USO	11	16.233	15.284	Capital Social:			
INTANGÍVEL	12	58.730	57.603	- De Domiciliados no País	17.1	439.371	439.371
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	13	(61.181)	(60.360)	Outros Resultados Abrangentes	17.2	(4.039)	(6.715)
				Lucros ou Prejuízos Acumulados	17.3	4.708	(34.720)
				(Ações em Tesouraria)	17.4	(14.077)	(14.077)
TOTAL DO ATIVO		1.377.336	1.331.267	TOTAL DO PASSIVO		1.377.336	1.331.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	06.2023	06.2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		108.156	106.442
Operações de Crédito		48.659	61.636
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		59.497	44.806
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(35.150)	(32.848)
Operações de Captação no Mercado		(9.457)	(6.964)
Operações de Empréstimos e Repasses		(28.064)	(23.110)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		2.371	(2.774)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		73.006	73.594
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(20.575)	(27.191)
Receitas de Prestação de Serviços	30.1	11.349	9.505
Rendas de Tarifas Bancárias		2.416	1.803
Despesas de Pessoal	30.2	(21.742)	(19.889)
Outras Despesas Administrativas	30.3	(8.601)	(9.124)
Despesas Tributárias	30.4	(4.363)	(3.023)
Outras Receitas Operacionais	30.5	13.694	5.166
Outras Despesas Operacionais	30.6	(13.328)	(11.629)
RESULTADO OPERACIONAL		52.431	46.403
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	30.7	1.355	1.176
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		53.786	47.579
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.j	(14.358)	-
Provisão para Imposto de Renda		(7.952)	-
Provisão para Contribuição Social		(6.406)	-
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS E RESULTADOS	30.8	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		39.428	47.579
Nº de ações em circulação	18.1	28.918.787.043	28.918.787.043
Lucro Líquido por lote de mil ações – (em R\$)		1,36	1,65

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	06.2023	06.2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	39.428	47.579
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Itens que serão reclassificados para o resultado, quando condições específicas forem atendidas		
Ganho (Perda) não realizado em ativos financeiros disponíveis para venda	2.676	(1.844)
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	5.092	(2.405)
Impostos sobre valor justo	(2.416)	561
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	42.104	45.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2021	439.371	(5.209)	(105.285)	(14.077)	314.800
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(1.844)	-	-	(1.844)
DESTINAÇÕES					
Dividendos / JSCP prescritos	-	-	563	-	563
Resultado do período	-	-	47.579	-	47.579
SALDOS EM 30/06/2022	439.371	(7.053)	(57.143)	(14.077)	361.098
Mutações do 1º Semestre de 2022	-	(1.844)	48.142	-	46.298
SALDOS EM 31/12/2022	439.371	(6.715)	(34.720)	(14.077)	383.859
Ajustes de avaliação patrimonial	-	2.676	-	-	2.676
DESTINAÇÕES					
Resultado do período	-	-	39.428	-	39.428
SALDOS EM 30/06/2023	439.371	(4.039)	4.708	(14.077)	425.963
Mutações do 1º Semestre de 2023	-	2.676	39.428	-	42.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	06.2023	06.2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	53.786	47.579
Ajustes ao lucro líquido		
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.357)	-
Depreciações e Amortizações	820	767
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Líquida)	(2.371)	2.774
Provisão para Perdas/Desvalorizações	156	1.839
Provisão para Contingências Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	13.003	1.924
Reversão de Provisões	(305)	(2.438)
Prejuízo em Transações com Valores e Bens (Permanente)	60	1.842
Ajuste a Valor de Mercado TVM	2.676	(1.844)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	53.468	52.443
Variações em ativos		
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.430	13.812
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários	(64.780)	(160.243)
Redução em Operações de Crédito	15.843	56.345
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(506)	(6.599)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(147)	(210)
Variações em passivos		
Aumento em Depósitos	(2.400)	8.531
Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(24.818)	5.236
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	18.180	76.006
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	33.270	45.321
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	1.195	(1.541)
Inversões em Imobilizado de Uso	(949)	(4)
Inversões em Investimento	-	(1)
Aplicação no Intangível	(1.128)	(1.009)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(882)	(2.555)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Prescritos	-	563
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	563
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS	32.388	43.329
No Início do Período	310.793	325.161
No Final do Período	343.181	368.490
VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	32.388	43.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos as notas explicativas integrantes do conjunto das demonstrações financeiras individuais do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES, em face do encerramento do 1º Semestre de 2023 em comparação com o 1º Semestre de 2022.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES é uma entidade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo, com sede na Avenida Princesa Isabel, 54 - Edifício Caparaó, Centro - Vitória - ES.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados em normas do CMN ou do BACEN e da legislação societária, e estão em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.818/2020 e BCB nº 2/2020 que estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Na preparação destas demonstrações financeiras foi utilizada a base da continuidade operacional, que pressupõe que a entidade manterá suas ações e o cumprimento de suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios sociais. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, na reunião realizada em 17 de agosto de 2023.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

A apresentação destas demonstrações financeiras é efetuada em Reais (R\$), que é a moeda funcional do BANDES. Todos os valores estão expressos em milhares de Reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros. Os recursos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4)

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, seguindo o disposto na Circular BACEN nº 3.068/2001, em três categorias:

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta desatada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de

realização) dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira dos títulos, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. Os títulos e valores mobiliários adquiridos no período são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com as diretrizes da Administração. Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular BACEN nº 3.068/2001, a reavaliação quanto à classificação somente é efetuada por ocasião dos balanços. A transferência da categoria "mantidos até o vencimento" para as demais, somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

- Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo);
- A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (accruals) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), sendo que o reconhecimento em resultado somente ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações em atraso classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, descritos no item anterior.

A avaliação da Administração, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também, são considerados os períodos de atraso, com contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme definido na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente
Sem atraso	AA
Até 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

g) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência. (Nota 9.2)

h) Permanente

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor. Subdivide-se em:

- Investimentos** - Estão representados em sua maioria por recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 10)
- Imobilizado** - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear conforme taxas anuais estipuladas em função do tempo de vida útil econômica como seguem: edificações - 4% ao ano - 300 meses; aparelhagens, móveis e máquinas, sistemas de segurança - 10% ao ano - 120 meses; equipamentos de informática - 20% ao ano - 60 meses; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. Os ganhos e as perdas na alienação do ativo imobilizado são reconhecidos em resultado não operacional. (Nota 11)
- Intangível** - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens incorpóreos, adquiridos ou gerados internamente, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O grupo é constituído

basicamente por gastos com desenvolvimento do sistema corporativo, por licenças e softwares, amortizados pelo método linear, ao longo da vida útil econômica do ativo, revisados internamente a cada período; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. Os prazos médios de vida útil econômica e respectivas taxas de amortização aplicadas por grupos de ativos são: desenvolvimento/modernização software corporativo, aplicativo para celulares e site corporativo, 12 anos - 8,33% ao ano; demais softwares 60 meses - 20% ao ano. (Nota 12)

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, sendo:

- Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados em notas explicativas.
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Tributos

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (sobre parcela do lucro real que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração).

A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS as alíquotas vigentes são 0,65% e 4%, respectivamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, e se constituídos, devem ser suportados por estudo de capacidade de realização.

k) Outros ativos e passivos

Os outros ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base *pro rata die*) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para emissão. São compostos por eventos que originam ajustes, que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras, e eventos que não originam ajustes, isto é, evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda ao valor de recuperação.

No 1º semestre de 2023 não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período.

n) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34, inciso V, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. A norma define como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras são requeridas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração estão detalhados abaixo:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000. (Nota 7.e)

b) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. (Nota 15)

c) Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

d) Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	06.2023	06.2022
Moeda Nacional (caixa)	1	1
Moeda Nacional (depósitos bancários)	864	771
Disponibilidades	865	772
Depósitos Interfinanceiros	137.047	61.097
Aplicações no Mercado Aberto	205.269	306.621
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez *	342.316	367.718
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	343.181	368.490

* Referem-se às aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor. Os saldos apresentados compõem os totais da nota 5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Vencimento			
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos Interfinanceiros (1)	137.047	36.838	20.858	194.743
Empresas Ligadas (Banestes S/A)	10.000	-	-	10.000
Empresas Não Ligadas	127.047	36.838	20.858	184.743
Aplicações no Mercado Aberto (2)	205.269	-	-	205.269
Total em 06/2023	342.316	36.838	20.858	400.012
Total em 12/2022	309.356	83.802	12.324	405.482

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Resumo da Carteira por Categorias**

	Custo Amortizado/Contábil	Ajuste MtM em Patrimônio Líquido	06.2023	12.2022
Títulos Disponíveis para Venda	163.504	(7.343)	156.161	141.948
Títulos Públicos (1)	104.838	(9.586)	95.252	131.866
Títulos Privados (2)	58.666	2.243	60.909	10.082
Títulos Mantidos até o Vencimento	409.887	-	409.887	359.320
Títulos Públicos (1)	43.880	-	43.880	43.469
Títulos Privados (2)	366.007	-	366.007	315.851
Total	573.391	(7.343)	566.048	501.268

(1) Títulos públicos federais: Letras Financeiras do Tesouro – LFT; Notas do Tesouro Nacional - NTN e Letras do Tesouro Nacional LTN – custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor de mercado dos títulos NTN e LTN são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgados pela ANBIMA.

(2) Títulos privados: Letras Financeiras – LF; Fundo Garantidor de Investimentos - FGI e CRIATEC 3 – FIP.

MtM – Market-to-Market (marcação a mercado).

b) Títulos Mantidos até o Vencimento

TVM	01 a 180 dias	181 a 360 dias	> 360 dias	06.2023	12.2022
				Custo Amortizado/ Contábil	Custo Amortizado/Contábil
NTN	-	-	43.880	43.880	43.469
LF	18.034	96.412	234.836	349.282	295.833
DEBÊNTURES	-	0	16.725	16.725	20.018
Total	18.034	96.412	295.441	409.887	359.320

c) Títulos Disponíveis para Venda

TVM				06.2023			12.2022		
	01 a 180 dias	181 a 360 dias	>360 dias	Custo Amortizado/ Contábil	Ajuste MtM em Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	Custo Amortizado/ Contábil	Ajuste MtM em Patrimônio Líquido	Valor de Mercado
LFT	17.431	-	-	17.422	9	17.431	6.274	(7)	6.267
LTN	11.189	-	-	11.362	(173)	11.189	9.197	(419)	8.778
NTN	66.632	-	-	76.054	(9.421)	66.633	86.362	(13.335)	73.027
Debêntures	19.011	-	-	19.146	(135)	19.011	-	-	-
LF (1)	30.396	-	-	30.370	26	30.396	43.767	27	43.794
CRIATEC	11.360	-	-	9.050	2.310	11.360	8.684	1.266	9.950
FGI	142	-	-	100	42	142	100	32	132
Total	156.161	-	-	163.503	(7.343)	156.161	154.384	(12.436)	141.948

(1) R\$ 30.396 correspondem a LF reclassificadas em 31/12/2022 da categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

d) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no semestre findo em 30/06/2023.

No exercício social de 2022, ocorreu a seguinte reclassificação, motivada pelo desequilíbrio do emissor dos títulos aos normativos internos do BANDES, sem impactos em outros resultados abrangentes do patrimônio líquido:

- Letras Financeiras, com vencimentos a partir do ano de 2024, da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda", R\$ 42.435 mil (valor de mercado).

e) Movimentação em Outros Resultados Abrangentes dos eventos com Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria DPV

Ajustes de Avaliação Patrimonial em 12/2021 (5.209)	
Ganhos/perdas não realizados em reclassificações da categoria MAV para DPV	-
Ganhos não realizados nos demais títulos da categoria DPV	1.838
Perdas não realizadas nos demais títulos da categoria DPV	(4.243)
Ganhos realizados e transferidos para resultado	-
Perdas realizadas e transferidas para resultado	-
Ajustes antes dos efeitos tributários	(7.614)
Efeitos tributários	561
Ajustes de Avaliação Patrimonial em 06/2022 (7.053)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial em 12/2022 (6.715)	
Ganhos/perdas não realizados em reclassificações da categoria MAV para DPV	-
Ganhos não realizados nos demais títulos da categoria DPV	7.140
Perdas não realizadas nos demais títulos da categoria DPV	(2.151)
Ganhos realizados e transferidos para resultado	197
Perdas realizadas e transferidas para resultado	(94)
Ajustes antes dos efeitos tributários	(1.623)
Efeitos tributários	(2.416)
Ajustes de Avaliação Patrimonial em 06/2023 (4.039)	

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, com remuneração básica, na maioria dos casos, constituída por índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

a) Carteira de crédito por tipo de operação

	06.2023		12.2022	
		%		%
Empréstimos	83.025	19	78.327	11
Financiamentos (inclusive agroindustriais)	168.204	38	154.815	32
Financiamentos rurais	151.504	35	195.285	51
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento	21.545	5	24.495	5
Subtotal	424.278	97	452.922	99
Devedores por compra de valores e bens	14.828	3	15.773	1
Total das operações de créditos	439.106	100	468.695	100
Circulante	157.676	36	176.073	35
Não Circulante	281.430	64	292.622	65

e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

Níveis Risco	% mínimo provisão	06.2023		12.2022	
		Curso normal	Anormal*	Total Geral	Provisão
AA	-	46.102	-	46.102	-
A	0,5	166.328	-	166.328	(832)
B	1	112.907	2.152	115.059	(1.151)
C	3	17.110	2.210	19.320	(580)
D	10	1.808	2.293	4.101	(410)
E	30	795	1.695	2.490	(747)
F	50	17.310	2.135	19.445	(9.722)
G	70	4.328	1.739	6.067	(4.247)
H	100	39.782	20.412	60.194	(60.194)
Total		406.470	32.636	439.106	(77.883)
Circulante				157.676	(33.391)
Não Circulante				281.430	(44.492)

*Inclui parcelas de contratos vencidas e vincendas, com atraso superior a 15 dias.

b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	06.2023		12.2022	
		%		%
10 maiores devedores	94.835	22	93.258	20
50 seguintes maiores devedores	136.950	31	133.031	23
100 seguintes maiores devedores	55.617	13	51.250	8
Demais devedores	151.704	34	191.156	49
Total das operações de crédito	439.106	100	468.695	100
Circulante	157.676	36	176.073	35
Não Circulante	281.430	64	292.622	65

c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	06.2023		12.2022	
		%		%
Parcelas vencidas a partir de 15 dias	9.115	2	13.382	2
A vencer	429.991	98	455.313	98
Até 3 meses	78.285	18	87.277	15
De 3 meses a 12 meses	118.841	27	126.712	28
Acima de 12 meses	232.865	53	241.324	55
Total das operações de crédito	439.106	100	468.695	100

d) Carteira de crédito por setor de atividade

	06.2023		12.2022	
		%		%
Setor privado	305.508	95	444.200	94
Pessoa Jurídica				
Rural	43.180	10	50.247	11
Indústria	92.414	21	87.077	15
Comércio	72.245	16	60.663	11
Outros serviços	97.669	22	97.350	17
Pessoa Física				
Rural	112.053	26	148.863	40
Setor público	21.545	5	24.495	6
Administração direta municipal	21.545	5	24.495	6
Total das operações de crédito	439.106	100	468.695	100
Circulante	157.676	36	176.073	35
Não Circulante	281.430	64	292.622	65

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	06.2023	12.2022
Saldos iniciais	(93.376)	(104.300)
Constituições Líquidas	2.531	(18.120)
Constituições	(1.602)	(24.622)
Reversões	4.133	6.502
Transferências para prejuízo	12.962	29.044
Saldos finais	(77.883)	(93.376)
Circulante	(33.391)	(35.562)
Não Circulante	(44.492)	(57.814)

g) Créditos renegociados, lançados a prejuízo e recuperados

	06.2023	12.2022
Renegociados	9.259	52.788
Lançados a prejuízo	12.962	29.044
Recuperados	21.992	59.367

NOTA 8 - OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	06.2023	12.2022
Rendas a receber (8.1)	1.581	1.616
Ativo fiscal diferido (8.2)	4.363	6.317
Devedores por depósitos em garantia	4.688	4.210
Impostos e contribuições a compensar	4.393	130
Adiantamentos salariais / Outros (8.3)	653	338
Total	15.678	12.611
Circulante	8.154	3.063
Não Circulante	7.524	9.548

8.1 Juros e encargos de mora devidos pelo FUNDAP conforme previsto na Lei Estadual nº 2.508/1970 R\$ 18 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF – Equalização de juros R\$ 355 (R\$ 233 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber RENOVA R\$ 361 (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber Del Credere BNB R\$ 2 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber FUNSAF e FUNSAF4 R\$ 144 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber Comissão Leilão FUNDAP R\$ 132 (R\$ 263 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber FUNDÁGUA PSA R\$ 249 (R\$ 169 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber FUNCITEC R\$ 55 (R\$ 367 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber FUNDO DE AVAL BANDES R\$ 57 (R\$ 166 em 31 de dezembro de 2022); Rendas a receber Funes – Fundo Soberano R\$ 208 (R\$ 208 em 31 de dezembro de 2022).

8.2 Ativo fiscal diferido de IR R\$ 2.424 (R\$ 3.433 em 31 de dezembro de 2022) e CSLL R\$ 1.939 (R\$ 2.884 em 31 de dezembro de 2022) s/ variações no valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda.

8.3 Adiantamentos e Antecipações Salariais R\$ 637 (R\$ 324 em 31 de dezembro de 2022); Adiantamentos para pagamento nossa conta R\$ 16 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2022).

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

	06.2023	12.2022
Outros valores e bens (9.1)	17.821	18.926
Despesas antecipadas (9.2)	961	815
Pagamentos a ressarcir (9.3)	901	2.838
Total	19.683	22.579
Circulante	3.151	7.285
Não Circulante	16.532	15.294

9.1. Outros valores e bens (Ativos não financeiros mantidos para venda)
São compostos, basicamente, por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

Bens não de uso próprio (ANFMV)	06.2023	12.2022
Imóveis	22.824	23.827
Máquinas e equipamentos	8	7
Subtotal	22.832	23.834
Provisão para desvalorização	(5.011)	(4.908)
Total	17.821	18.926
Circulante	1.836	3.783
Não Circulante	15.985	15.143

9.2. Despesas antecipadas

Constituídas por dispêndios com pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, licenças de softwares; e contribuições patronais ao plano de previdência suplementar devolvida pela entidade de previdência, devido à perda de direito ao benefício pelo empregado, por descumprimento das condições do plano previdenciário ou saque voluntário, cujos valores são utilizados na quitação de contribuições patronais futuras, R\$ 961 (R\$ 815 em 31 de dezembro de 2022).

9.3. Pagamentos a ressarcir

Compostos, principalmente, por saldos de transferências bancárias devolvidas de liberações FUNDAP, e valores pendentes de reclassificação de bloqueios judiciais em contas bancárias efetuados pelo sistema Bacenjud, R\$ 901 (R\$ 2.838 em 31 de dezembro de 2022).

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	06.2023	12.2022
Investimento por incentivos fiscais (10.1)	69	69
Títulos patrimoniais	1	1
Bens artísticos	5	5
Provisão para Perdas	(30)	(30)
Total	45	45

10.1 Certificados de Investimento - FINOR R\$ 39 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2022), Certificados de Investimento - AUDIOVISUAL R\$ 30 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2022).

NOTA 11 - IMOBILIZADO DE USO

	Custo	Depreciação	Líquido	
			06.2023	12.2022
Terrenos	185	-	185	185
Edificações	3.811	(3.773)	38	53
Móveis e máquinas	2.764	(2.590)	174	192
Aparelhagens e sistema de comunicação	500	(358)	142	145
Equipamentos de informática	8.782	(6.992)	1.790	998
Sistema de segurança	191	(187)	4	5
Total	16.233	(13.900)	2.333	1.578

NOTA 12 - INTANGÍVEL

	Custo	Amortização	Líquido	
			06.2023	12.2022
Aquisição de Software	6.169	(5.184)	985	1.140
Modernização SISBANDES	49.633	(40.585)	9.048	8.537
BI – Consultas	47	(47)	-	-
Sistema de Ponto Eletrônico	11	(11)	-	-
Sistema de Crédito Eletrônico	497	(497)	-	-
Site BANDES	2.309	(940)	1.369	1.238
Aplicativo para Celulares	64	(17)	47	34
Total	58.730	(47.281)	11.449	10.949

NOTA 13 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

	06.2023	12.2022
(-) Depreciação Acumulada do Ativo Imobilizado	(13.900)	(13.706)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(47.281)	(46.654)
Total	(61.181)	(60.360)

NOTA 14 - DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

14.1. Instituições financeiras

As "Obrigações por empréstimos e repasses" correspondem substancialmente às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

Posições	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
			Circulante	Não Circulante	
Repasses do país					
BNDES	18.803	36.848	55.651	65.300	120.951
FINAME	-	9	9	8	17
FINEP	421	1.512	1.933	17.677	19.610
Outras Inst. Oficiais	6.148	20.118	26.266	72.299	98.565
06.2023	25.372	58.487	83.859	155.284	239.143
12.2022	43.467	61.720	105.187	158.668	263.855
Empréstimos e repasses do exterior					
BID (1)	-	-	-	86.474	86.474
06.2023	-	-	-	86.474	86.474
12.2022	-	-	-	86.580	86.580
Totais	25.372	58.487	83.859	241.758	325.617
06.2023	43.467	61.720	105.187	245.248	350.435
12.2022	43.467	61.720	105.187	245.248	350.435

(1) Empréstimo obtido com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no total de US\$ 30 milhões de Dólares do EUA. A primeira tranche de US\$ 15 milhões foi liberada em 19/01/2022, e convertida em Reais pela cotação de R\$ 5,4972 correspondentes à taxa de câmbio PTAX, divulgada pelo Banco Central do Brasil, da data da liberação.

Tranche	Liberação US\$	Data liberação	Amortização 40 parcelas		Taxa de Juros	Posição inicial R\$	Posição 12/2022 R\$
			Inicial	Final			
1	15.000	19/01/2022	15/04/2027	15/10/2046	CDI + 1,42%	83.985	86.474

Os recursos estão destinados ao financiamento e execução do Programa Global de Crédito para a Defesa do Setor Produtivo e o Emprego no Estado do Espírito Santo.

14.2. Outros clientes

Correspondem às obrigações com depósitos à vista e a prazo, estes últimos representados por certificados de depósito bancário subscritos pelo Governo do Estado, por empresas fundapeanas, para alocação de cauções de operações liberadas com recursos FUNDAP; e captações no mercado por meio do instrumento depósito a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito.

Depósitos	06.2023	12.2022
A vista	22.833	25.964
A prazo	169.536	168.805
Governo do Estado	101.586	95.387
Clientes FUNDAP	30.164	38.069
Clientes Diversos	-	162
DPGE	37.786	35.187
Total	192.369	194.769
Circulante	90.782	99.219
Não Circulante	101.587	95.550

14.3. Outros instrumentos financeiros passivos

	06.2023	12.2022
Fundos financeiros e de desenvolvimento (1)	368.379	350.240
Dotação para aumento de capital (2)	3	3
Total	368.382	350.243
Circulante	98.172	104.020
Não Circulante	270.210	246.223

1) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES apresentam registrados em contas patrimoniais R\$ 368.379 (R\$ 342.577 em 31 de dezembro de 2022).

	06.2023	12.2022
		Reapresentado
FUNDAP	1.020	1.680
FUNDES	67.007	73.578
FUNCITEC	131.924	109.369
FUNDÁGUA	175	158
FUNDEPAR-ES	22.994	36.153
FUNSAF	2.430	8.384
PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/16	807	3.644
FUNDO RENOVA	6.254	2.510
FUNDESUL - PK	52.759	50.535
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	13.199	11.456
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO	69.810	52.773
Total	368.379	350.240
Circulante	98.169	104.017
Não Circulante	270.210	246.223

2) Dotação para aumento de capital

Saldo residual de titularidade do Estado do Espírito Santo R\$ 3 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2022), remanescentes dos recursos integralizados no aumento de capital social realizado no primeiro semestre de 2020, e que será utilizado em futuras integralizações.

NOTA 15 - PROVISÕES

Contingências	06.2023	12.2022
Ações administrativas e judiciais (15.1)	32.571	20.322
Provisão para multas por inadimplência técnica	-	1.055
Total	32.571	21.377
Circulante	9.771	5.120
Não Circulante	22.800	16.257

15.1. Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

Correspondem às demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal das operações relacionadas cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

Risco Provável – são constituídas provisões no valor atualizado da causa.

Ações com Risco Provável	06.2023	12.2022
Cíveis	26.769	14.864
Trabalhistas	5.802	5.458
Total	32.571	20.322
Circulante	9.771	4.065
Não Circulante	22.800	16.257

Risco Possível e Remoto – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

Ações com Risco Possível e Remoto	06.2023	12.2022
Cíveis	26.179	25.925
Trabalhistas	1.939	7.300
Total	28.118	33.225

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 30/06/2022	13.458	7.832	21.290
Atualização Monetária / Constituições	2.631	591	3.222
Reversões / Pagamentos	(1.225)	(2.965)	(4.190)
Saldo em 31/12/2022	14.864	5.458	20.322
Atualização Monetária / Constituições	12.658	344	13.002
Reversões / Pagamentos	(753)	-	(753)
Saldo em 30/06/2023	26.769	5.802	32.571
Circulante	8.031	1.741	9.772
Não Circulante	18.738	4.061	22.799

15.2. Provisão para multas por inadimplência técnica

Provisão constituída devido à decretação de inadimplência técnica a clientes em situação irregular na aplicação de recursos contratados junto a órgãos repassadores. O banco tem efetuado o pagamento das multas aos repassadores de recursos, e vem adotando as medidas cabíveis para se ressarcir junto aos clientes que incorreram em inadimplência técnica R\$ 0 (R\$ 1.055 em 31 de dezembro de 2022).

NOTA 16 - OUTROS PASSIVOS

	06.2023	12.2022
Fiscais e previdenciárias (16.1)	13.252	7.079
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3	66
Provisão para pagamentos a efetuar	5.362	9.159
Credores diversos (16.2)	13.817	14.280
Total	32.434	30.584
Circulante	24.964	23.180
Não Circulante	7.470	7.404

16.1. Fiscais e previdenciárias

	06.2023	12.2022
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar (1)	10.900	4.607
Impostos e contribuições a pagar (ISS)	123	131
Impostos e contribuições s/ salários	1.056	1.627
Impostos e contribuições a pagar retidos na fonte de terceiros	114	117
Passivo fiscal diferido (2)	1.059	597
Total	13.252	7.079
Circulante	12.193	6.482
Não Circulante	1.059	597

(1) IR R\$ 5.497 (R\$ 2.000 em 31 de dezembro de 2022), CSLL R\$ 4.901 (R\$ 2.064 em 31 de dezembro de 2022), PIS/PASEP R\$ 70 (R\$ 76 em 31 de dezembro de 2022), COFINS R\$ 432 (R\$ 467 em 31 de dezembro de 2022).

(2) IR R\$ 588 (R\$ 324 em 31 de dezembro de 2022) e CSLL R\$ 471 (R\$ 273 em 31 de dezembro de 2022) referente ao efeito tributário sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários conforme Circular BACEN nº 3.068/01.

16.2. Credores diversos

Credores Diversos R\$ 13.817 (R\$14.280 em 31 de dezembro de 2022) com destaque para as seguintes rubricas: Deduções de Liberações FUNDAP, para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22/11/2012, e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012 R\$ 2.744 (R\$ 2.428 em 31 de dezembro de 2022); Repasses FUNGETUR R\$ 6.402 (R\$ 6.950 em 31 de dezembro de 2022).

NOTA 17 - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
17.1. Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	06.2023	06.2022
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	53.786	47.579
Adições/exclusões líquidas:		
Provisões para contingências	11.108	(1.381)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.171)	(5.956)
Perdas efetivas de créditos	(8.080)	(41.372)
Outros	(5.965)	(477)
Despesas não dedutíveis	73	47
Base de Cálculo	45.751	(1.560)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (30%)	(13.725)	-
Incentivos fiscais	(43)	-
Imposto de Renda	7.952	-
Contribuição Social	6.406	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social*	14.358	-

*Alíquotas vigentes: imposto de renda 15% mais adicional de 10%; e contribuição social 20%.

17.2. Créditos tributários não reconhecidos

Os ativos fiscais diferidos são constituídos conforme alíquotas aplicáveis no período previsto de sua realização baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

O ativo fiscal diferido de diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social não foi reconhecido em razão de não ter apresentado histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social comprovados em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, conforme critério exigido pela Resolução CMN nº 4.842/2020.

	06.2023	12.2022
Prejuízo fiscal/ Base negativa de contribuição social	14.587	14.912
Diferenças temporárias	66.284	68.768
Ativo fiscal diferido não ativado	80.871	83.680

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
18.1. Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 750 milhões para emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes "A" e "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 439.371 (R\$ 439.371 em 31 de dezembro de 2022), e está representado em quantidade de ações, conforme composição abaixo, que se manteve inalterada em relação à data-base 31/12/2022:

	06.2023	12.2022
Ações Ordinárias	19.883.589.975	19.883.589.975
- Estado do Espírito Santo	19.644.952.823	19.644.952.823
- Acionistas Minoritários	238.637.152	238.637.152
Ações Preferenciais	9.836.733.806	9.836.733.806
Classe "A"	3.113.456.237	3.113.456.237
- Estado do Espírito Santo	2.454.690.627	2.454.690.627
- Demais Acionistas	658.765.610	658.765.610
Classe "B"	6.723.277.569	6.723.277.569
- Estado do Espírito Santo	3.147.336.103	3.147.336.103
- Demais Acionistas	3.575.941.466	3.575.941.466
Total de ações emitidas	29.720.323.781	29.720.323.781
Em tesouraria (ordinárias)	(172.039.828)	(172.039.828)
Em tesouraria (preferencial - classe "A")	(629.496.910)	(629.496.910)
Total de ações em circulação	28.918.787.043	28.918.787.043

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe "A" direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

O valor patrimonial unitário por ação em 30 de junho de 2023 é de R\$ 0,01473.

18.2. Outros resultados abrangentes / ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial -R\$ 4.039 (-R\$ 6.715 em 30 de dezembro de 2022) correspondem à precificação a mercado de títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Disponíveis para Venda", conforme conciliação demonstrada na nota 6.e.

18.3. Lucros ou prejuízos acumulados

No semestre o banco auferiu lucro de R\$ 39.428 (47.579 em 30 de junho de 2022). Com o resultado obtido o banco eliminou o prejuízo acumulado de -R\$ 34.720, até 31 de dezembro de 2022, e passou a registrar lucros acumulados de R\$ 4.708.

18.4. Ações em tesouraria

O montante de R\$ 14.077, sob a rubrica Ações em Tesouraria é proveniente de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o ex-acionista Fundo

de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, corresponde a 801.536.738 ações nominativas, compostas de 172.039.828 (ordinárias) e 629.496.910 (preferenciais).

NOTA 19 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
19.1. Plano de previdência complementar

Visa assegurar ao corpo funcional, renda complementar à aposentadoria da previdência social. O plano possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no fundo de renda fixa, Bradesco Renda Fixa F10. No semestre foram apropriadas em despesas com plano de previdência R\$ 837 (R\$ 801 em 30 de junho de 2022).

19.2. Programa de desligamento voluntário especial (PDVE)

O programa realizado em 2020 ofereceu benefícios de indenização adicional equivalente a cinco remunerações, plano de saúde e odontológico por 36 meses, cesta-alimentação e auxílio-refeição por 12 meses, custeio de cursos de requalificação profissional, pagamento da multa de 40% sobre correção de planos econômicos (FGTS), teve a adesão de 12 colaboradores, ao custo financeiro de R\$ 3.850 mil. Ao término do exercício, o banco registra na conta patrimonial passiva provisões para indenizações trabalhistas diversas para pagamento dos benefícios assegurados R\$ 100 (R\$ 186 em 31 de dezembro de 2022).

NOTA 20 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A política de Partes Relacionadas do banco inclui além do Estado do Espírito Santo, as pessoas físicas e/ou jurídicas que: sejam controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas do BANDES, nos termos postos pela legislação aplicável; sejam controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado do Espírito Santo; em que o Estado do Espírito Santo possua influência significativa ou representante na administração; seja administrador do BANDES.

Atualmente, compõem o conjunto de Partes Relacionadas, juntamente, com o pessoal-chave da administração, as seguintes entidades:

- Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP.
- Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES/ES.
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais - FUNDÁGUA.
- Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR-ES.
- Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo - FUNSAF.
- Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA FUNDÁGUA - LEI 10.583/2016.
- Fundo Reconstrução ES.
- Fundo de Proteção ao Emprego.
- Fundo Garantidor de Parcerias Público - Privadas - FGP-ES.
- Fundo de Aval BANDES.
- FUNSES - Fundo Soberano.
- BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo.
- Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo - PRODEST.
- Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES).

As transações com Partes Relacionadas primam pelo estrito acordo com as normas aplicáveis ao fluxo de operações do BANDES; são celebradas por escrito com as especificações de suas principais características e condições; observam as mesmas normas e limites aplicáveis a operações similares, e são balizadas por parâmetros e condições usualmente praticadas e/ou normas legais aplicáveis. Nas notas que seguem são divulgadas as transações realizadas e/ou existentes no período, o tipo de relação, saldos e outros detalhes que permitirão aferir a comutatividade das operações.

20.1. Administração de fundos financeiros e de desenvolvimento

O montante dos recursos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados, que integram o conjunto de Partes Relacionadas, controlado em contas de compensação, está representando no quadro abaixo:

Fundos	Recursos Administrados	
	06.2023	12.2022
FUNDES	176.416	168.686
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	17.757	16.979
FUNDEPAR-ES	152.714	150.911
FUNSAF	3.089	8.757
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO	203.516	194.788
FUNDAP	66.764	85.884
FGP-ES	24.454	23.265
FUNDO DE AVAL BANDES	22.378	21.919
TOTAL	667.088	671.189

20.2. Operações de fundos financeiros e de desenvolvimento

Conforme estabelecido nas normas instituidoras e regulamentares dos Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, seguem abaixo, as receitas auferidas relacionadas à prestação de serviços de operação de fundos financeiros e desenvolvimento

mento, integrantes do conjunto de Partes Relacionadas, e as despesas incorridas com a remuneração dos recursos não alocados, que constituem as disponibilidades dos Fundos.

Fundos	Rendas de Administração	
	06.2023	06.2022
FUNDES (1)	1.793	1.690
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	519	481
FUNDEPAR-ES (3)	1.592	1.557
PSA FUNDÁGUA (4)	438	898
FUNSAF (5)	67	42
FUNDO DE AVAL BANDES (6)	336	326
FGP - ES (7)	0	56
FUNCITEC (8)	373	200
FUNDO DE PROT. EMPREGO - FPE (9)	2.966	2.134
FUNSES - FUNDO SOBERANO (10)	1.250	542
TOTAL	9.334	7.926

Rendas de Administração

- (1) 2,1% ao ano calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- (2) 0,5% calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- (3) 2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- (4) 15% sobre as liberações efetuadas;
- (5) 1% sobre as liberações efetuadas;
- (6) 0,25% ao mês sobre totalidade dos ativos;
- (7) Diferença entre a remuneração efetiva e a taxa Selic sobre o total de recursos aplicados;
- (8) 0,5% sobre liberações de recursos financeiros efetuadas;
- (9) 0,25% ao mês, apurada sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- (10) 1% ao ano calculado mensalmente sobre o capital subscrito.

Fundos	Despesas sobre Disponibilidades de Recursos	
	06.2023	06.2022
FUNDES (1)	(2.961)	(2.550)
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	(504)	(332)
FUNDEPAR-ES (3)	(1.409)	(920)
PSA FUNDÁGUA (4)	(94)	(254)
FUNDAGUA (5)	(11)	(6)
FUNCITEC (6)	(6.646)	(4.878)
FUNSAF (7)	(286)	(148)
FUNDO DE PROT. EMPREGO - FPE (8)	(2.466)	(992)
TOTAL	(14.377)	(10.080)

Despesas Sobre Disponibilidades de Recursos

- (1) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- (2) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- (3) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- (4) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- (5) 100% do rendimento diário do CDI;
- (6) 100% do rendimento diário do CDI;
- (7) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- (8) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.

20.3. Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente, por determinação do Estatuto Social, é fixada na Assembleia Geral Ordinária a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

	06.2023	06.2022
Conselho de Administração	(362)	(336)
Diretoria Executiva (1)	(749)	(811)
Conselho Fiscal	(106)	(96)
Comitê de Auditoria	(79)	(72)
TOTAL	(1.296)	(1.315)

(1) Inclui: honorários, descanso remunerado e gratificação natalina.

20.4. Outras transações com partes relacionadas
BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo

Transações efetuadas pelas taxas praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

	Ativos		Receitas e (Despesas)	
	06.2023	12.2022	06.2023	06.2022
Depósitos à vista	821	1.142	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.000	55.056	-	-
Rendas de depósitos interfinanceiros	-	-	2.198	50
Despesas com cadastro e cobrança	-	-	(31)	(39)
Despesas com tarifas bancárias	-	-	(5)	(10)

A parte relacionada Banestes S/A, é uma sociedade de economia mista, que possui o mesmo acionista majoritário do BANDES, o Estado do Espírito Santo. A instituição financeira executa a custódia qualificada dos ativos do banco registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na B3 - Segmento CETIP UTM. Em dezembro de 2022, foi firmado contrato de prestação de serviços bancários, com prazo de 60 (sessenta) meses. No período, os pagamentos relativos ao contrato somaram R\$ 30 (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2022).

Estado do Espírito Santo

No período, os recursos financeiros do Estado do Espírito Santo, aplicados em certificado de depósito bancário - CDB emitido pelo BANDES, totalizam R\$ 101.586 (R\$ 95.387 em 31 de dezembro de 2022). A aplicação inicial ocorreu no ano de 2020, no total de R\$ 80 milhões.

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo-PRODEST

No período, as despesas relativas ao contrato firmado com o Instituto de Tecnologia, para prestação de serviços integrados de *datacenter* com virtualização de servidores, infraestrutura de banco e armazenamento de dados, monitoramento, backup e serviços de telecomunicações para acesso à internet, e interconexões de rede; somaram R\$ 51 (R\$ 69 em 31 de dezembro de 2022).

Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES)

O Conselho de Administração aprovou, em 29/06/2022, a celebração do Acordo de Cooperação Técnica com a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES, que tem por objeto o acesso às informações dos atos arquivados de clientes, pelo custo estimado anual de R\$ 12 mil. O acordo não foi formalizado no ano de 2022, por decisão da Junta Comercial. Em 22/03/2023 o Conselho de Administração aprovou a alteração dos termos do Acordo de Cooperação Técnica pelo custo estimado anual de R\$ 26 mil.

Operações contratadas por pessoas ligadas ao pessoal chave da administração

Não há operações de crédito vigentes contratadas por pessoas ligadas ao pessoal chave administração do banco.

NOTA 21 - GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

A gestão dos riscos e capital do BANDES busca assegurar o controle adequado de suas atividades de forma a obter o melhor retorno possível relativamente ao nível de risco que o banco está disposto a assumir.

A descrição da estrutura de gerenciamento de capital é divulgada juntamente com as informações sobre gestão de riscos no Relatório de Pilar 3, no seguinte endereço: www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show/1780/Gestao-de-Riscos.

NOTA 22 - DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS

A Declaração de Appetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* - RAS) consiste em uma definição formal do conjunto de limites e restrições sobre métricas quantitativas e qualitativas de risco, que expressam o apetite por risco da Instituição. A RAS descreve os níveis de apetite a que o BANDES está disposto a assumir, para os principais tipos de riscos aos quais está exposto, bem como a capacidade da instituição em gerenciá-los de forma efetiva e prudente, discorrendo sobre a estrutura de abordagem para a gestão dos mesmos, em consonância com os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que o BANDES atua.

NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* - GERCÍ e Auditoria Interna - AUDIT. As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* - GERCÍ, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a auto avaliação dos riscos e controles internos.

NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO E DO IRRBB

O BANDES define o Risco de Mercado como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo BANDES, incluindo

os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros. O BANDES avalia a suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), sendo utilizada a metodologia do NII, que é definido como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O BANDES não possui instrumentos classificados na carteira de negociação.

NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI, Comitê de Crédito – COCRE, Auditoria Interna – AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos.

NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Gerência de Riscos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES.

A estrutura de gestão do risco de liquidez do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI, Gerência Financeira – GEFIN e Auditoria Interna – AUDIT.

NOTA 27 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital, está sujeito à regulamentação do BACEN, e é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI, Gerência de Controladoria – GECON e Gerência de Planejamento e Processos – GEPLA.

NOTA 28 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

Com o objetivo de minimizar os riscos de natureza social, ambiental e climática, o BANDES adota como regra somente realizar negócios com organizações e pessoas que estejam regulares quanto aos aspectos ambientais. O controle do risco socioambiental se dá por ações preventivas na análise das solicitações de financiamento, através da verificação da situação de regularidade ambiental do cliente/projeto, bem como pelo estabelecimento de cláusulas contratuais de cunho socioambiental, que visam resguardar o Banco quanto a eventuais infrações cometidas pelos tomadores de recursos ou seus prepostos ou, ainda, pelos prestadores de serviços terceirizados do BANDES. O processo de análise contempla também critérios de exclusão, verificação de CNAE's e seu potencial risco ESG, avaliação da governança e capacidade de gestão, que definem situações as quais, caso identificadas, impedem o BANDES de iniciar ou manter relação comercial com o cliente, e além de diretrizes para o acompanhamento da regularidade ambiental de projetos considerados como sendo de risco socioambiental mais relevante.

A gestão de riscos de natureza social, ambiental e climática do BANDES é compatível com o porte, a natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados, para as-

segurar o cumprimento das diretrizes e princípios da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC. Para garantir a efetividade desta política, além do Diretor Responsável, compõem a estrutura de governança do BanDES para tratar dos aspectos de natureza social, ambiental e climática o Conselho de Administração (CONAD), a Diretoria Executiva (DIREX) e a Auditoria Interna (AUDIT).

NOTA 29 - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e Resolução BACEN nº 02/2020, o BANDES realiza regularmente teste de sensibilidade somente na carteira bancária, uma vez que não possui carteira de negociação. A metodologia para realizar o teste de estresse é a Análise de Sensibilidade de IRRBB, que permite avaliar o impacto decorrente de variações das taxas de juros, considerando aumento de 1%, 25% e 50% respectivamente na taxa do indexador do risco no resultado de intermediação financeira.

Para a construção dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram consideradas as condições existentes em 30/06/2023. No quadro a

Fatores de Risco	06/2023		
	Cenários		
	1 Situação Provável 1%*	2 Situação Possível 25%*	3 Situação Remota 50%*
DI	(4.154)	(4.047)	(3.942)
SELIC	(3.721)	(3.626)	(3.533)
Juros Pré	421	410	400
IPCA	(214)	(210)	(206)
TJLP	(40)	(39)	(38)
Outros	29	28	28

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI e Auditoria Interna – AUDIT.

NOTA 30 - COMPOSIÇÃO DE GRUPOS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

30.1. Receitas de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de taxas de administração de fundos, análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

	06.2023	06.2022
OUTROS SERVIÇOS	838	781
FUNDAP	25	20
FUNDEPAR	1.673	1.641
FUNDES	1.806	1.757
FUNDESUL-PK	435	431
FUNSAF	67	42
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	519	480
FUNCITEC	374	200
PSA FUNDÁGUA	438	898
FUNDO DE AVAL BANDES	336	325
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO - FPE	2.966	2.134
FGP - ES	-	57
RENOVA – SPREAD S/ OPERAÇÕES DE CRÉDITO	622	197
FUNSES – FUNDO SOBERANO	1.250	542
Total	11.349	9.505

30.2. Despesas de pessoal

	06.2023	06.2022
Honorários	(1.296)	(1.315)
Benefícios	(3.747)	(3.551)
Encargos sociais	(4.899)	(4.461)
Proventos	(10.955)	(9.820)
Treinamento	(93)	(97)
Bolsa auxílio estágio	(752)	(645)
Total	(21.742)	(19.889)

30.3. Outras despesas administrativas

	06.2023	06.2022
Água, energia e gás	(343)	(468)
Aluguéis	(17)	(14)
Comunicações	(58)	(66)
Manutenção e conservação de bens	(499)	(571)
Material	(15)	(10)
Processamento de dados	(1.761)	(616)
Promoções/relações públicas	(563)	(504)
Propaganda e publicidade	-	(336)
Publicações legais	(96)	(219)
Seguros	(5)	(4)
Serviços de vigilância	(195)	(192)
Serviços do sistema financeiro	(399)	(332)
Serviços de terceiros	(125)	(126)
Serviços técnicos especializados	(2.316)	(1.637)
Transportes	(153)	(107)
Viagem no país/externo	(322)	(94)
Despesas com processos judiciais	(767)	(2.916)
Outras despesas (condomínio, assinaturas, etc.)	(147)	(145)
Amortização e depreciação	(820)	(767)
Total	(8.601)	(9.124)

30.4. Despesas tributárias

	06.2023	12.2022
PIS	(509)	(339)
COFINS	(3.130)	(2.085)
ISSQN	(687)	(564)
IPTU, Taxas	(37)	(35)
Total	(4.363)	(3.023)

30.5. Outras receitas operacionais

	06.2023	06.2022
Recuperações de encargos e despesas	3.318	1.784
Reversão de provisões judiciais, previdência privada e PDV	1.906	3.316
Atualização SELIC s/ tributos a compensar	-	8
Atualização depósitos judiciais	479	47
Outras rendas operacionais	69	11
Total	5.772	5.166

30.6. Outras despesas operacionais

	06.2023	06.2022
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas	(13.003)	(1.924)
Provisão para indenizações trabalhistas PDI/PDVE	(11)	(11)
Outras despesas operacionais	(306)	(34)
Despesas com utilização SISBACEN	(8)	(8)
Variação cambial em moeda estrangeira	-	(9.652)
Total	(13.328)	(11.629)

30.7. Resultado não operacional

	06.2023	06.2022
Resultado na alienação de valores e bens	181	(150)
Reversão de provisões de outros valores e bens	252	5
Outras rendas não operacionais	1.011	849
Desvalorização de outros valores e bens	(94)	(122)
Perdas em ações e cotas*	-	1
Reversão de provisões para perdas em ANFMV	(103)	593
Total	1.247	1.176

* Provisão para desvalorização de cotas do Fundo CRIATEC 3 – FIP (Nota 6) e Reversão de perdas em contas Finor (Nota 10).

30.8. Participações nos lucros e resultados

A provisão para participações nos lucros e resultados é definida em convenção coletiva de trabalho celebrado entre FENABAN, Sindicato dos Bancários do Espírito Santo e BANDES.

NOTA 31 - RESUMO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021

Em atendimento à determinação do artigo 76, da Resolução CMN nº 4.966/2021, que dispõe sobre novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros a vigor a partir de janeiro de 2025, encontra-se em execução no Banco, com o apoio empresa de consultoria especializada contratada no ano de 2022, plano de implantação da norma, cujas atividades de avaliações de impactos em sistemas e processos estão distribuídas nas etapas:

Nivelamento conceitual e normativo para capacitar tecnicamente os membros do projeto e qualquer empregado que realize atividades que poderão ser impactadas pelas alterações normativas;

Alinhamento entre equipe do projeto e consultoria contratada para interação entre as equipes e intercâmbio de informações sobre processos, sistemas e operações;

Elaboração de diagnóstico para implantação da Resolução CMN nº 4.966/21 com objetivo de estudar as políticas, normas internas, modalidades e instrumentos financeiros, processos operacionais e informatizados para identifica-

ção de pontos de não aderência à Resolução CMN nº 4.966/21;

Diagnóstico para proposição de adaptações, ajustes e/ou desenvolvimentos para o processamento das rotinas: provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia simplificada, classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, apropriação de receitas e encargos, cálculo da taxa efetiva de juros, apuração do valor presente provável de realização de garantias ou colaterais, entre outras;

Formalização/desenvolvimento dos modelos de negócios praticados para a gestão dos ativos financeiros com enquadramentos nas categorias Custo Amortizado (CA), Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR);

Revisão da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e desenvolvimento metodologia de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos; Assessoramento geral nas adaptações, readequações, transformações e desenvolvimentos de normas internas, políticas contábeis, processos e sistemas, indicados no plano de implantação revisado; Treinamento e transferência de conhecimento.

NOTA 32 - OUTRAS INFORMAÇÕES**32.1. Ativos segurados (não auditados)**

Os seguros contratados para as edificações cobrem riscos de incêndios, raios, explosões e outros riscos relacionados a imóveis. As apólices vigentes estipulam valor máximo total de cobertura de R\$ 25.179 (R\$ 25.179 em 31 de dezembro de 2022).

32.2. Limites operacionais**Índice de Basileia**

Representa a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), conforme Resoluções n.º 4.955/2021 e n.º 4.958/2021, ambas do Conselho Monetário Nacional, demonstrando a solvência do banco. Na tabela a seguir informamos os principais indicadores do BANDES em 30/06/2023. Todos os indicadores foram calculados em conformidade com as normas em vigor.

Indicador	Apurado	Mínimo requerido
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA* (R\$ mil)	347.514	-
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (R\$ mil)	347.514	-
Índice de Basileia (%)	30,95%	10,50%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA*	30,95%	6,00%
Capital Principal comparado com o RWA	30,95%	4,50%

*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

32.3. Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

32.4. Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011.

32.5. Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 02/2020 dispõe que deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do banco e não esteja previsto para correr com frequência nos exercícios sociais futuros. Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2023, não houve resultados classificados como não recorrentes.

32.6. Evento subsequente

Evento que não origina ajustes nas demonstrações financeiras.

Em 14 de julho de 2023, o BANDES recebeu a 2ª tranche do Contrato de Empréstimo nº 5138/OC-BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no total de US\$ 7,500 mil. Os recursos convertidos à taxa de câmbio de R\$ 4,8775 totalizaram R\$ 36.581 mil. Os efeitos contábeis e financeiros da operação no patrimônio do banco serão reconhecidos no mês de julho de 2023.

32.7. Norma emitida pela RFB aplicável em períodos futuros

A Lei nº 14.467/2022 trouxe alterações significativas no tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

A adoção da Lei nº 14.467/2022 que produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 será realizada com o apoio de empresa de consultoria especializada contratada no ano de 2022, que também é responsável pela implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021.

DIRETORIA EXECUTIVA

MARCELO BARBOSA SAINTEIVE

Diretor-Presidente

MARCOS KNEIP NAVARRO

Diretor de Negócios

GABRIELA VICHI DE ALMEIDA

Diretora Operacional

SÁVIO BERTOCHI CAÇADOR

Diretor de Administração e Finanças

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo – Presidente

Marcelo Barbosa Sainteive – Vice-Presidente

Alexandre Pedercini Issa

Andrea Pereira Macera

Leonardo Galazzi Zanotelli

Robson Luiz Avelino Pereira

Sandra Regina Pimenta

COMITÊ DE AUDITORIA

Rodolfo Amorim de Angelo

Flávia Fardim Antunes Brighenti

Kayo Alves Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Alberto Farias Gavini Neto

Eduardo José de Souza

Ricardo Claudino Pessanha

Bruno Pires Dias

CONTADOR

VALDIR DOS SANTOS

Contador CRC/ES

13.555/0-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30/06/2023

Aos
Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO CONTROLADA PELO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Princesa Isabel nº 54 – Edifício Caparaó – Centro – Vitória/ES – CEP.
29.010-906

CNPJ(MF) nº 28.145.829/0001-00 – Site: www.bandes.com.br

Prezados Senhores,

1) Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES** ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES** ("Banco") em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) incluído a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN).

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do primeiro semestre de 2023. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Para cada assunto abaixo, há descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis do Banco.

3.1) Governança de Tecnologia da Informação

Considerando a natureza e complexidade de suas operações, o Banco depende do funcionamento perfeito da inteligência artificial de sua estrutura sistêmica e da governança da tecnologia da informação. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a processos e controles que suportam o processamento do sistema de tecnologia existente, podem, eventualmente, ocasionar processamento impreciso ou incorreto de informações de natureza crítica, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Diante do exposto, consideramos a governança do ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Como parte dos procedimentos específicos destinados à auditoria de sistemas informatizados, processamento e consolidação de dados que integram a área de governança de tecnologia da informação, conduzimos através de nossos auditores de sistemas computacionais, uma avaliação de forma remota, através da triangulação de dados dos produtos gerados de modo que a partir do nosso exame, foram avaliados os sistemas utilizados pelo Banco em sua integração com o sistema contábil. Como consequência de tal procedimento, constatamos um relativo risco associado ao retrabalho mediante planilhas eletrônicas que fragmentam e fragilizam a eficácia dos controles internos planejados para a operacionalização de seus objetivos sociais. Para reduzir aludido risco a um nível aceitável compatível com o segmento do negócio, efetuamos testes dos controles gerais e, quando aplicável, testes nos controles compensatórios de tecnologia da informação para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, principalmente, aos processos de gestão dos contratos de Operações de Crédito. Também testamos a eficácia dos controles automatizados considerados relevantes, os quais suportam os processos significativos de negócios e os respectivos registros contábeis das operações.

Como consequência, alteramos nosso planejamento padrão de auditoria, modificando a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos sobre os

saldos contábeis, de modo a obtermos, por esses meios, evidências de auditoria que fossem suficientes e apropriadas para concluirmos sobre as demonstrações contábeis. Por conseguinte, considerando as oportunidades de melhorias para o ambiente de tecnologia, a governança sobre acessos a sistemas e gestão de mudanças, os controles são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3.2) Provisão para perdas sobre as operações de crédito (Nota Explicativa nº 07)

A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Aludido julgamento é significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito (valor recuperável), mediante a aplicação metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 07, em 30 de junho de 2023, o saldo bruto da carteira expandida sujeita ao risco de crédito é de R\$ 439.106 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas de créditos esperadas de R\$ 77.883 mil. Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de crédito de clientes e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição do nível de provisão por operação; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Por amostragem, verificamos o desenho e o funcionamento dos controles internos relevantes relacionados: (i) ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito; (ii) análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas; (iii) a avaliação, com o apoio de especialistas, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela administração para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito; (iv) a verificação da base documental adotada pela administração para o processo de determinação da provisão para perda esperada; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas nº 07, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

4) Outros Assuntos**4.1) Relatório da Administração**

A administração do Banco é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 15 de março de 2023, sem modificação de opinião.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **BANDES**.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil

de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **BANDES** a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória/ES, 17 de agosto de 2023.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 029 – CVM nº 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES
Sócio Sênior – CNAI 1552

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

DATA BASE 31.06.2023

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria foi instituído no **BANDES** em outubro de 2018 em atendimento à Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e ao Estatuto Social da instituição. Entrou em funcionamento observando ainda o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198/2004 (revogada a partir de 01/01/2022 e substituída pela Resolução CMN nº 4.910/2021) e seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 05 de junho de 2018.

O Comitê é órgão estatutário com funcionamento permanente, composto por três membros, em sua maioria, independentes, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

O Comitê de Auditoria se reporta diretamente ao Conselho de Administração e desempenha suas atribuições com autonomia e independência, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Suas funções e responsabilidades são realizadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

O Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade de eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos e na avaliação da efetividade dos trabalhos das auditorias interna e da independente.

A Administração do **BANDES** é responsável pela elaboração, divulgação e integridade das Demonstrações Financeiras, pela adoção das melhores práticas de sistemas de controles internos e procedimentos, de modo a garantir a observância às Normas Contábeis Brasileiras e legislação aplicável.

O **BANDES** define em seu Estatuto Social que o Comitê de Auditoria acumula as atribuições previstas pela lei nº 13.303/2016 para que um comitê estatutário verifique a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, chamado Comitê de Elegibilidade.

2. ATIVIDADES

O Comitê de Auditoria realizou seis reuniões ordinárias no primeiro semestre de 2023, com pautas específicas previstas em seu plano de trabalho. Nestas reuniões, estiveram presentes representantes das áreas da gestão de risco, controles internos, da contabilidade e da auditoria interna, e quando pertinentes, foram feitas recomendações de melhoria nos processos, além de acompanhamento de ações em desenvolvimento.

Quanto à atribuição do Comitê de Elegibilidade, ocorreram três reuniões no primeiro semestre de 2023.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INTERNA E INDEPENDENTE

O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna para tratar de assuntos relacionados aos trabalhos do Comitê, para acompanhar o Relatório de Acompanhamento das Recomendações de Auditoria - Follow Up, conhecendo os apontamentos, as ações corretivas apresentadas e o nível de execução dos planos de ação propostos. Aproveitou os relatórios de trabalhos específicos produzidos, conforme estabelecido no Plano de Atividades de Auditoria Interna, verificando e acompanhando as recomendações.

O Comitê avaliou positivamente a qualidade e efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna.

Quanto à Auditoria Independente, o Comitê analisou os resultados dos trabalhos e as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, cujos relatórios foram apresentados sem ressalvas.

O Comitê avaliou como adequada a independência na execução dos trabalhos da Auditoria Independente.

4. OUVIDORIA

O Comitê analisou o relatório semestral de atividades da Ouvidoria, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê analisou o relatório semestral das transações com partes relacionadas realizadas pelo **BANDES** e concluiu que foram realizadas de acordo com a Política de Transações com partes relacionadas e demais situações de conflito de interesse. Não

foram identificadas violações aos normativos que regem o assunto.

6. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Como parte do programa de trabalho, o Comitê avalia a qualidade e a suficiência dos sistemas de controles internos da instituição. Analisou os principais processos e julgou positivamente os esforços que estão sendo empreendidos para melhoria da estrutura de controles internos da organização.

O Comitê analisou os relatórios integrados de riscos elaborados pela área de riscos da instituição e não identificou a existência de riscos que pudessem impactar, de alguma forma, a elaboração das demonstrações financeiras.

7. CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E NORMAS E CONTROLES INTERNOS

O Comitê de Auditoria considera que, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, e nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, não foram apontadas ocorrências que implicassem no descumprimento da legislação e das normas internas, que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

8. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Comitê manifestou-se favoravelmente quanto aos procedimentos empregados no processo de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas, relatórios financeiros e da administração referentes ao 1º semestre de 2023, enfatizando a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e o regimento do Banco Central do Brasil. Analisaram as demonstrações financeiras, o relatório da administração e o relatório final dos auditores independentes, sem ressalvas, e opinaram, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração.

9. CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria e Elegibilidade do **BANDES**, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, e em decorrência de avaliações fundamentadas nas informações recebidas pela Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento dos controles internos e riscos, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, declara que não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, bem como afetar a confiabilidade de suas Demonstrações Financeiras auditadas, relativas ao 1º semestre de 2023. Com base nessas considerações, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - **BANDES** S.A. relativas ao 1º semestre de 2023.

Vitória (ES), 21 de agosto de 2023.

RODOLFO AMORIM DE ANGELO
Coordenador

FLAVIA FARDIM ANTUNES BRINGHENTI
KAYO ALVES RIBEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal no exercício de suas atribuições legais e estatutárias procedeu ao exame das demonstrações financeiras relativas ao 1º semestre de 2023, devidamente auditadas pela AUDIMEC - Auditores Independentes S/S, conforme Relatório de 17.08.2023, sem ressalvas. Concluiu que os citados documentos, examinados à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, apresentam adequadamente em seus aspectos relevantes, a posição econômica, financeira e patrimonial do **BANDES**, e opina pela sua aprovação.

Vitória, 22 de agosto de 2023.

RICARDO CLAUDINO PESSANHA
Presidente do Conselho Fiscal